

BPAR

B3 LISTED

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1S2022

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF N° 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



Principais Indicadores
Itens Patrimoniais – R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Ativos Totais	15.597.225	12.490.916	24,87%
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	9.219.785	7.380.403	24,92%
Apli. Interfinanceiras de Liquidez	3.675.892	2.799.271	31,32%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.266.923	1.045.163	21,22%
Captações Totais	13.343.146	10.478.965	27,33%
Patrimônio Líquido	1.675.996	1.577.462	6,25%

Itens de Resultado - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Receitas Totais	1.320.668	932.192	41,67%
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	572.198	642.548	-10,95%
Resultado Operacional	136.655	221.879	-38,41%
Margem Financeira (1)	668.088	724.524	-7,79%
Lucro Líquido	77.639	120.370	-35,50%
Receita de Serviços (2)	84.791	67.480	25,65%
Despesas com Provisões (PCLD)	95.890	81.976	16,97%
Despesas Administrativas (3)	243.694	225.346	8,14%
Margem Líquida (4)	8,41%	12,94%	-35,01%

Índices e Medidas de Eficiência (%)

	1S2022	1S2021	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (5)	1,51%	1,48%	2,02%
Índice de Basileia	17,52%	20,22%	-13,35%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (6)	1,43%	1,98%	-27,78%
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE) (7)	12,07%	15,06%	-19,85%
Índice de Eficiência	71,02%	63,06%	12,62%
Índice de Provisão (8)	2,36%	2,80%	-15,71%
Índice de Cobertura (9)	29,85%	29,95%	-0,33%

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (3) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (4) Lucro Líquido / Receita Total.
- (5) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (6) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (7) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (8) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (9) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Contato de Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores
Contato +55 91 3348-2879
ri_banpara@banparanet.com.br

ANÁLISE
ECONÔMICA
E FINANCEIRA

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 1º semestre de 2022, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.



Principais Indicadores Macroeconômicos

	1S2022	1S2021	1S2020
IPCA (acumulado em 12 meses)	11,89%	8,35%	2,13%
INPC (acumulado em 12 meses)	11,92%	9,22%	2,35%
Taxa Selic <i>Over</i> (a.a) – efetiva	12,89%	3,76%	2,58%
CDI <i>Overnight</i> (a.a) – efetiva	12,89%	3,76%	2,58%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	6,82%	4,61%	4,94%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Ambiente Econômico

O cenário econômico internacional apresentou perspectivas mais fracas no segundo trimestre de 2022 em relação ao crescimento do PIB global em 2022 e 2023, se comparado ao ano de 2021, quando a economia mundial cresceu 6,10%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou em seu relatório de atualização do *World Economic Outlook* (WEO), publicado em julho de 2022, que a economia global crescerá 3,20% em 2022 e 2,90% em 2023. Nessa projeção, o FMI reviu em -0,40 ponto percentual (p.p) sua projeção para 2022 e em -0,70 p.p a estimativa para 2023 em relação ao WEO anterior, de abril de 2022. Esse resultado reflete, principalmente, a contração da produção global no segundo trimestre desse ano, bem como choques provocados pela guerra na Ucrânia e pela inflação acima do esperado em todo o mundo.

O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de 2,50% para 2022 e de 1,40% para 2023. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa é de 3,60% em 2022 e 3,90% em 2023. Já para a Ásia Emergente a projeção de aumento é de 4,60% para 2022 e 5,00% para 2023. No cenário nacional, dados das Contas Nacionais divulgados em junho de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 1,00% no primeiro trimestre de 2022 em relação ao quarto trimestre de 2021 (série dessazonalizada), destaque positivo para o setor de Serviços que também cresceu 1,00% no período. No acumulado dos quatro trimestres terminados em março de 2022, o PIB registrou alta de 4,70% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

A expectativa do Banco Central do Brasil (Bacen), publicada no Relatório de Inflação de junho desse ano, para o crescimento do PIB em 2022 aumentou em relação a estimativa do relatório anterior, passando de 1,00% para 1,70%. De acordo com o Bacen, a incerteza ao redor da projeção permanece maior que a usual, particularmente em razão do cenário externo, caracterizado por continuidade da guerra na Ucrânia e dos riscos crescentes de desaceleração global em ambiente de inflação significativamente pressionada.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de junho de 2022 aumento de 0,67% e ficou 0,20 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada no mês anterior (0,47%), destaque para o grupo de vestuário que apresentou no mês de junho alta de 1,67%, além dos grupos - saúde e cuidados pessoais e alimentação e bebidas que apresentaram variação de 1,24% e 0,80%, respectivamente.

No ano, o IPCA acumula alta de 5,49% e, nos últimos 12 meses, de 11,89%, acima dos 11,73% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus, realizada pelo Bacen, a previsão do mercado para a inflação apresentou queda na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2022, passando de 8,89% em 3 de junho de 2022 para 8,27% em 24 de junho de 2022. Já a estimativa para 2023 apresentou aumento da mediana, saindo de 4,39% para 4,91%, no mesmo período.

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2022 e 2023 manteve-se mais fraca no primeiro semestre desse ano. A Fundação reviu, em julho de 2022, sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2022 para 2,04%, ante projeção anterior de 2,56% de março de 2022. Já para 2023, a estimativa de crescimento da economia paraense passou de 3,17% para 2,64%, no mesmo período.

Em linha com essa expectativa, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) de maio de 2022 apresentou variação de -3,33% em relação a maio de 2021 (série dessazonalizada).

A indústria paraense também apresentou resultado negativo, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, de maio de 2022, a produção industrial do Estado apresentou variação de -18,30% em relação a maio de 2021 (série com ajuste sazonal), esse resultado foi provocado pelo baixo desempenho das atividades de Indústrias Extrativas que apresentou resultado de -19,27% em maio de 2022 em relação a maio do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial do Pará registrou um resultado de -9,30%.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, em julho de 2022, referente ao mês de maio de 2022, mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou crescimento de 4,40% em comparação com o mês de maio de 2021. Considerando o comércio varejista ampliado, que contempla além das atividades que compõem o indicador do comércio varejista as atividades de material de construção e veículos, motocicletas, partes e peças, o Pará apresentou crescimento de 2,10% nessa mesma base de comparação.

No tocante à inflação, dados do IBGE de junho de 2022 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 9,55%. No mês de junho de 2022 esse índice apurado no Estado apresentou variação de 0,26%, menor aumento entre todas as 16 regiões pesquisadas, influenciado pela redução de 10,35% nos preços do açaí.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2021 do Tesouro Nacional publicado, em outubro de 2021, o Estado apresenta a nota “B” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

Análise das Operações
Ativos
Total de Ativos por Tipo - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Disponibilidades	220.483	176.485	24,93%
Aplicações Financeiras	3.675.892	2.799.271	31,32%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.266.923	1.045.163	21,22%
Relações Interfinanceiras	703.007	615.497	14,22%
Operações de Créditos	8.857.318	7.107.654	24,62%
Outros Créditos	691.270	550.062	25,67%
Outros Valores e Bens	10.231	10.226	0,05%
Permanente	172.101	186.559	-7,75%
Total	15.597.225	12.490.917	24,87%

Em relação aos Ativos Totais, o Banpará encerrou o 1º semestre de 2022 com um incremento de 24,87% em relação ao 1º semestre de 2021, motivado, principalmente, pelo aumento do nível de liquidez que corroborou no aumento das aplicações financeiras no mercado interbancário, além do forte crescimento das operações de crédito.

Aplicações Financeiras - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Interfinanceiras de Liquidez	3.675.892	2.799.271	31,30%
TVM	1.266.923	1.045.163	21,20%
Renda Fixa	1.186.091	935.886	26,70%
Cotas de Fundo	2.573	1.862	38,20%
Compulsório Total	575.129	536.207	7,26%

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no fechamento do 1º semestre de 2022, registraram um crescimento de 31,30% em doze meses e 15,20% na comparação com o 1º trimestre de 2022, desempenho resultante, principalmente, do aumento de saldo das Operações Compromissadas que permaneceram em fluxo de alta devido ao cenário confortável de liquidez da Instituição decorrente do aumento de saldo de *funding*.

As aplicações em Renda Fixa atingiram 26,70% positivos em relação ao mesmo período de 2021, impacto direto da ampliação nos estoques de títulos públicos próprios. Já as Cotas de Fundo tiveram crescimento de 38,20% ao longo dos últimos doze meses e 1,70% em relação ao 1º trimestre de 2022, resultados alcançados devido à valorização de cotas de FIP.

Com base no período 1º semestre de 2022 comparado ao 1º semestre de 2021, o Compulsório Total variou positivamente em torno de 7,26%. A variação foi motivada sobretudo pelo aumento da quantidade de contas ativas em torno de 14,00% e saldo em contas de depósito, alterando o saldo da Reserva Bancária, o que ocasionou o incremento

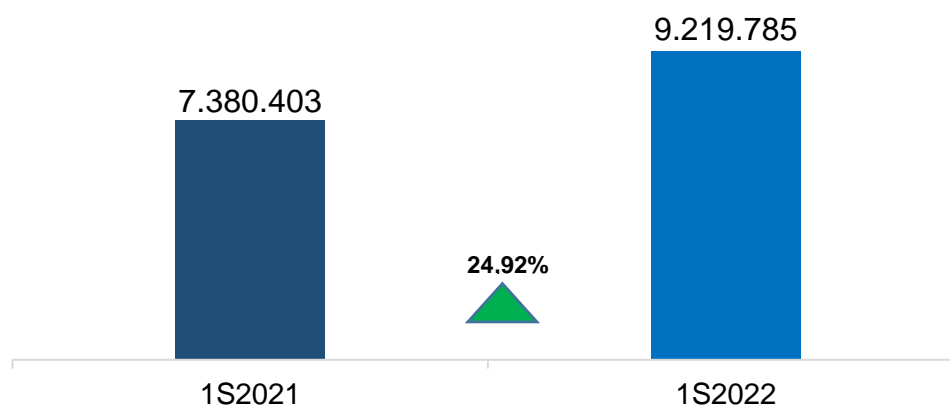
no Valor Sujeito à Recolhimento - VSR. Outro contribuinte foi o aumento de saldo depositado em caderneta de poupança, o qual, segundo a legislação, possui a alíquota de 20,00%.

Captação por Linha de Produtos - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Depósitos à Vista	1.580.628	1.261.085	25,30%
Depósitos de Poupança	1.456.184	1.390.357	4,70%
Depósitos a Prazo	10.095.896	7.517.509	34,30%
Depósitos Interfinanceiros	-	190.682	-100,00%
Letras Financeiras	157.991	44.851	252,30%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	103.221	25.994	297,10%
Obrigações por Operações Compromissadas	52.448	74.480	-29,60%
Total	13.446.368	10.504.958	28,00%

As captações apresentaram crescimento de 28,00% quando comparado ao 1º semestre de 2021, mantendo os níveis de liquidez do Banco em patamares adequados frente a estratégia de expansão dos negócios. Destaque para as captações via Depósitos à Vista e Depósitos a Prazo, cujos saldos cresceram 25,30% e 34,30%, respectivamente, refletindo o perfil conservador dos clientes do Banco.

As captações via Letras Financeiras variaram positivamente 252,30% na análise anual, reflexo de novas captações, as quais compensam o recuo dos depósitos Interfinanceiros e alongam *duration* do *funding*. Quanto ao decréscimo nas Obrigações por Operações Compromissadas, justifica-se pela confortável liquidez da instituição.

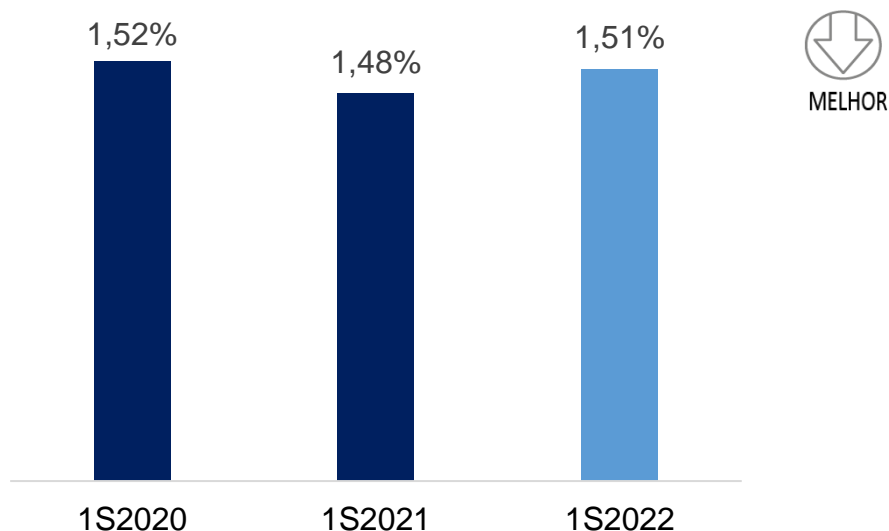
Créditos – R\$ Mil


As Operações Totais de Crédito alcançaram um incremento de 24,92% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento de créditos liberados por meio de empréstimos.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ mil		V12M	% Carteira		V12M
	1S2022	1S2021		1S2022	1S2021	
AA	4.925.753	1.222.594	302,89%	53,43%	16,57%	36,86 p.p.
A	3.716.427	5.739.918	-35,25%	40,31%	77,77%	- 37,46 p.p.
B	145.931	66.320	120,04%	1,58%	0,90%	0,68 p.p.
C	94.570	64.316	47,04%	1,03%	0,87%	0,15 p.p.
D-H	337.105	287.255	17,35%	3,66%	3,89%	- 0,24 p.p.
Total	9.219.785	7.380.403	24,92%	100,00%	100,00%	-

O Banpará mantém 96,34% nas classes de risco AA – C. O aumento da participação nessas faixas de risco é motivado pela adoção de critérios de provisão que levam em consideração o histórico comportamental dos clientes, bem como, a eficiência e cobertura dos instrumentos mitigadores vinculados as operações de crédito.

Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias


O atraso de 91 a 360 dias atingiu o saldo de R\$ 139.613 mil e passou a representar 1,51% do crédito total, se mantendo estável quanto a representatividade sobre o ativo de crédito, no período de 12 meses.

Análise dos Resultados
Receitas
Abertura das Receitas - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Operações de Créditos	945.996	781.367	21,07%
Resultado das Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	233.861	47.326	394,15%
Resultado das Aplicações Compulsórias	12.593	4.299	192,92%
Resultado de Operações de Câmbio	710	-629	-212,84%
Receita de Serviços	84.791	67.480	25,65%
Outras Receitas Operacionais	39.973	26.055	53,42%
Receitas não operacionais	2.742	6.295	-56,43%
Total	1.320.668	932.192	41,67%

No 1º semestre de 2022, houve um incremento de 41,67% nas receitas frente ao mesmo período de 2021, desencadeado, sobretudo, pela sua alta liquidez e a variação cambial que alavancou suas operações de câmbio. Além disso, outros fatores que corroboraram para expansão das receitas foram as operações de crédito, resultado positivo com aplicações financeiras e a TVM's.

Custos e Despesas da Intermediação Financeira
Despesas com Intermediação Financeira - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Operações de Captação no Mercado	516.291	105.757	388,18%
Operações de Empréstimos e Repasses	8.782	2.081	321,90%
Provisão para Operações de Crédito	95.890	81.976	16,97%
Total	620.963	189.815	227,14%

Ocorreu um aumento nas despesas com intermediação financeira de 227,14% no 1º semestre de 2022 em comparação ao 1º semestre de 2021, influenciado, principalmente, pelo aumento das despesas de captação em decorrência da taxa SELIC.

Despesa com Pessoal - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Proventos	154.344	138.986	11,05%
Benefícios	41.739	36.201	15,30%
Encargos Sociais	54.011	52.378	3,12%
Treinamentos e Outros	3.215	3.089	4,09%
Total	253.308	230.654	9,82%

As Despesas com Pessoal, quando comparadas com o 1º semestre de 2021, aumentaram em 9,82%, em decorrência, principalmente, do reajuste salarial proveniente de acordo coletivo e despesas com ações judiciais trabalhistas.

Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Serviços de Terceiros	64.658	58.759	10,04%
Consumo, Manutenção e Materiais	39.709	41.371	-4,02%
Sistema de Processamento de Dados	60.378	54.777	10,22%
Aluguéis	17.200	16.041	7,22%
Depreciação e Amortização	22.742	21.782	4,41%
Propaganda e Publicidade	18.430	14.247	29,36%
Transporte	16.301	14.227	14,58%
Outras Despesas Administrativas	4.277	4.142	3,25%
Total	243.694	225.347	8,14%

As despesas administrativas do 1º semestre de 2022, quando comparadas ao 1º semestre de 2021, apresentaram aumento de 8,14%, com destaque para as despesas com serviços de terceiros, em virtude de reajustes contratuais, das despesas com sistemas de processamento de dados, que trouxeram mais tecnologia para os sistemas bancários, propaganda e publicidade devido aos contratos de marketing esportivo e despesa com transporte e aluguéis reflexo da expansão da rede de agências.

Despesas Tributárias - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	4.889	5.132	-4,73%
Contribuição ao Cofins	30.088	31.580	-4,73%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.238	3.372	25,70%
Outras Despesas Tributárias	1.206	1.150	4,90%
Total	40.422	41.234	-1,97%

As despesas tributárias apresentaram redução de 1,97% quando comparadas com o mesmo período em 2021. Apesar das receitas terem aumentado, o crescimento das despesas com captação contribuiu para a redução dos impostos federais, o mesmo não pode ser observado no Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS que aumentou, acompanhando o crescimento da receita de serviços.

Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Serviços Associados a Transações de Pagamento	1.462	1.342	8,91%
Descontos Concedidos em Renegociações	527	262	101,06%
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	6.077	2.622	131,80%
Estorno de rendas	128	1.216	-89,46%
Provisões Passivas	8.908	7.821	13,91%
Provisão para Outros Créditos em liquidação	2.444	2.497	-2,11%
Ações Cíveis	1.092	540	102,46%
FCVS - Ajuste Rap/Refin	103	335	-69,28%
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	1.032	37	2.711,49%
Outras	1.110	300	270,58%
Total	22.883	16.970	34,85%

As outras despesas operacionais tiveram aumento de 34,85% quando comparadas com o mesmo período de 2021. Destaca-se, principalmente, o aumento nas provisões passivas contingenciais, nas operações cambiais dada a variação do dólar e na despesa com ajustes de IRPJ e CSLL referente ao exercício de 2021.

Rating

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(AA.br/A1.br)
Rating
Escala Nacional

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de *Rating*) refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração da Companhia. A *Standard & Poor's*, em setembro de 2021, manteve o *rating* do Banco em escala global e nacional, destacando como pontos positivos o histórico de forte rentabilidade e geração interna de capital, posição sólida de liquidez, bem como a estrutura de *funding* (captação de recursos) de varejo diversificada, estável e de baixo custo. Conforme o relatório da agência, a perspectiva do *rating* do Banpará permanece estável e a baixa exposição às

modalidades de crédito de maior risco contribuiu para um desempenho financeiro sólido, mesmo durante períodos de crise econômica. O Banco também possui uma posição de liquidez bastante confortável, dado ao histórico de grande volume de ativos líquidos.

A perspectiva estável do rating de crédito de emissor de longo prazo do Banpará indica que os *ratings* não devem mudar nos próximos 12 meses.

A *Moody's*, em outubro de 2021, apresentou relatório com perspectiva estável e bem consolidada em relação ao Banpará. Os *ratings* do Banco refletem os fundamentos financeiros sólidos, incluindo elevada capitalização, forte geração de lucros, bem como métricas de qualidade de ativos que se beneficiam principalmente da carteira de baixo risco de créditos consignados. O Banpará financia suas operações através de uma base granular de depósitos de baixo custo, um fator importante para sua rentabilidade elevada. Em junho de 2021, a carteira de crédito do Banpará alcançou R\$ 7,4 bilhões, um crescimento de 25,00% nos últimos 12 meses. Nos últimos anos, o Banco tem buscado diversificar a carteira de crédito para pequenas e médias empresas (PMEs) locais e financiamento imobiliário. Apesar da queda da rentabilidade em 2020 e no 1º semestre de 2021, devido à expansão de agências e um maior custo de crédito devido à pandemia, o índice de lucro líquido sobre ativos tangíveis se manteve forte, atingindo 1,90% no 1º semestre de 2021, acima da média de 1,50% do sistema financeiro no mesmo período

Os relatórios das Agências de *Rating* estão disponíveis no site de RI do Banpará (ri.banpara.b.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

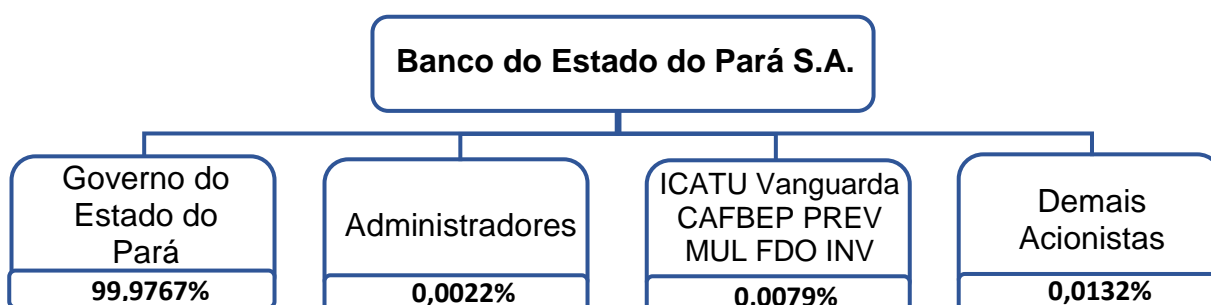
Composição Acionária

Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	205	0,0022%
Outros	1.256	0,0132%
Total	9.521.649	100,0000%

Base: junho/2022

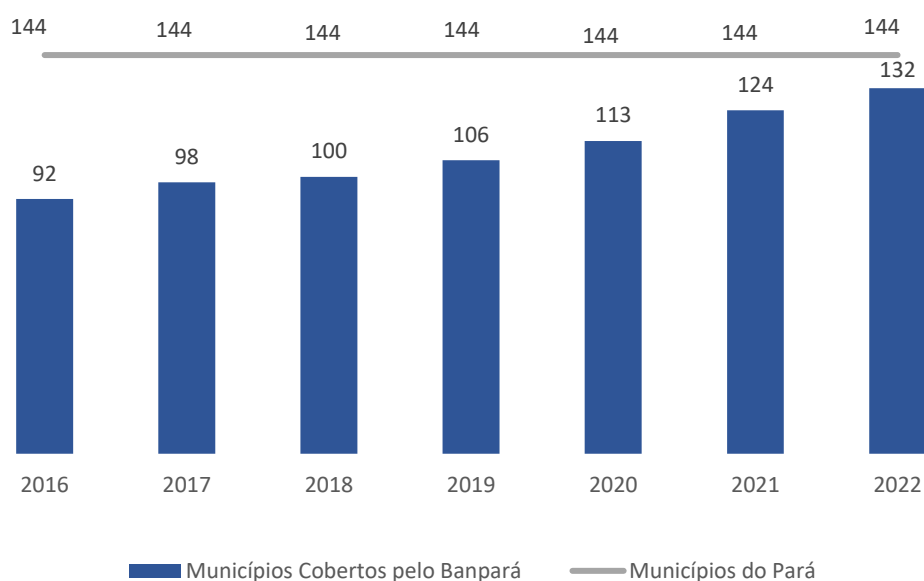
O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

Organograma Societário



Base: junho/2022

Cobertura Geográfica



Market Share

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 1S2022 E 1S2021

Região de Integração ¹	2022 ³			2021		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	15	41	36,59%	14	41	34,15%
Baixo Amazonas	13	41	31,71%	13	43	30,23%
Carajás	14	51	27,45%	12	53	22,64%
Guajará ²	18	112	16,07%	18	135	13,24%
Guamá	17	39	43,59%	13	37	35,14%
Lago de Tucuruí	6	24	25,00%	5	23	21,74%
Marajó	12	20	60,00%	10	20	50,00%
Rio Caetés	14	28	50,00%	12	28	42,86%
Rio Capim	15	44	34,09%	12	42	28,57%
Tapajós	6	14	42,86%	6	14	42,86%
Tocantins	12	40	30,00%	12	42	28,57%
Xingu	9	25	36,00%	8	26	30,77%
Total	151	479	31,52%	135	505	26,73%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte 05 dos 07 municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

³ Fonte: Banpará – Plano de Expansão (jun/2022). Nas informações do Estban de abril de 2022 não constam os dados dos bancos Santander e Itaú, por esse motivo o número de agências é menor que o Relatório anterior. Até a última atualização deste Relatório da Administração realizado em 20/07/2022 o Banco Central não havia disponibilizado arquivo mais atualizado no site.

Market Share em Relação ao Mercado - % - No Estado: 2022, 2021 e 2020 (Valores em R\$ mil)

	2022 ¹		Market Share	2021		Market Share	2020		Market Share
	Banpará	Pará		Banpará	Pará		Banpará	Pará	
Depósitos a prazo	9.588.575	17.121.035	56,00%	7.517.509	17.797.232	42,24%	5.031.914	13.976.213	36,00%
Depósitos à vista	1.544.722	5.409.909	28,55%	1.261.085	5.978.332	21,09%	1.030.903	5.242.604	19,66%
Depósitos de poupança	1.404.233	12.582.560	11,16%	1.390.357	14.101.803	9,86%	1.239.817	12.715.347	9,75%
Operações de Crédito	8.702.911	37.494.139	23,21%	7.310.331	34.097.258	21,44%	5.854.348	27.402.389	21,36%

¹ Valores com base no mês de abril/2022. Não constam os dados dos bancos Santander e Itaú, por esse motivo os valores dos Depósitos estão reduzidos nesse mês em relação ao Estado. Até a última atualização deste Relatório da Administração realizado em 20/07/2022 o Banco Central não havia disponibilizado arquivo mais atualizado no site.

Fonte: Bacen – ESTBAN 2020 e 2021 referente a junho de cada ano.

Investimento em Capital Humano

O Banpará, de abril a junho de 2022, disponibilizou 1.596 vagas de capacitação em cursos em diversos temas: Acompanhamento do Desenvolvimento da Liderança - ADL, Técnicas de Negociação e Vendas, Formação de Caixa Executivo, Excel/Power BI, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Foram ao todo 837 horas de conteúdo distribuídos em 61 treinamentos.

Os cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco.

A UniBanp, em parceria com diversas áreas, permanece priorizando os treinamentos online para atender as necessidades do negócio. O ensino à distância (EAD) já experimentava um crescimento constante em nossos modelos de capacitação, mas, agora, tem sido uma prática comum considerando ainda o cenário pandêmico.

Dentre os temas disponibilizados no 1º semestre de 2022, destacamos:

Power Bi: para as equipes da Superintendência de Câmbio - SUCEX, Superintendência de Canais - SUREC e Superintendência de Retaguarda – SURET, com o objetivo de repassar conhecimento sobre a ferramenta, para elaboração de relatórios gerenciais, estruturando informações de fontes de dados, facilitando o processo de tomada de decisão.

Direito do Consumidor com Foco nas Redes Sociais: para toda a área de comunicação, ouvidoria e canais, visando apresentar o Código de Defesa do Consumidor e seus capítulos sobre Direitos básicos do Consumidor, sobre a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: para os empregados da Superintendência de Negócios – SUNEG e da Superintendência de Meios de Pagamento Eletrônicos - SUMEP. Seu objetivo dar conhecimento sobre as boas práticas recomendadas pela legislação vigente e as principais informações sobre o plano de ações a serem executadas em busca da conformidade e aculturação com a LGPD.

Acompanhamento de Liderança - ADL: para os gerentes gerais e coordenadores de todas as Agências e Postos do Banco. O Acompanhamento tem como objetivo agregar valor na formação e desempenho profissional dos gestores, habilitando-os a compreender a importância dos temas propostos e a necessidade de compartilhar o conhecimento com suas equipes. Temas trabalhados: Avaliação de Desempenho Funcional – ADF.

Técnicas de Atendimento: O curso objetivou orientar os 507 participantes, sobre a importância da excelência no atendimento para a fidelidade do cliente, apresentando, de forma rápida e prática, como causar uma ótima impressão ao cliente no momento do atendimento.

Técnicas de Negociação e Vendas: O curso visou aprimorar as técnicas em vendas e aumentar o poder de negociação dos funcionários do *Call Center* e SAC.

Dentre outros temas abordados, destacamos:

Gestão de Filas (152 participantes), Clareza e objetividade nas apresentações e relatórios: a arte de se comunicar bem (43), Pesquisa de Preços: análise de mercado para planejamento das contratações públicas (05), etc.

Por intermédio do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, o Banpará tem proporcionado aos seus empregados incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50,00% a 80,00% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando, no 1º semestre do ano de 2022, um total de 100 empregados com um investimento na ordem de R\$ 95.786,87, sendo 64 empregados beneficiados em Graduação e 36 em Pós-graduação.

Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará, no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banco são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a área de gestão de risco financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta resolução, o Risco de Mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços

de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

No Banpará, a Gerência de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital é responsável pela medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados. Além disso, o gerenciamento de risco de mercado também envolve um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, para as quais são reportadas posições e exposições em relatórios mensais ou extraordinários.

Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pelo mercado financeiro.

O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando avaliação diária de eventuais impactos nos ativos de alta liquidez do Banco.

Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.

O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se, para pessoa jurídica, o risco do grupo econômico.

Na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD, para cada operação são consideradas a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos. O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios

estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define níveis crescentes de risco, os quais são AA, A, B, C, D, E, F, G ou H.

O controle e acompanhamento ocorre por meio do monitoramento de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim, evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles e adequação de normas e políticas internas. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício.

Gerenciamento de Capital

Conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimentos dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional visando à ampliação da resiliência e solidez dos bancos criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal (ACP_{Contracíclico}), no máximo 2,50% do montante do RWA:
 - Fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;
- Adicional de importância sistêmica de capital principal (ACP_{Sistêmico}), até 2,00% do montante do RWA:
 - O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;
- Adicional de conservação de capital principal (ACP_{Conservação}), 2,50% do montante do RWA:
 - Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8,00% e o ACP_{Conservação} de 2,50%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 10,50%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Apetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15,00% de Índice de Basileia, o percentual abaixo desse limite (14,99%) é considerado como acionador do Plano de Contingência de Capital.

Para o 1º semestre de 2022, as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

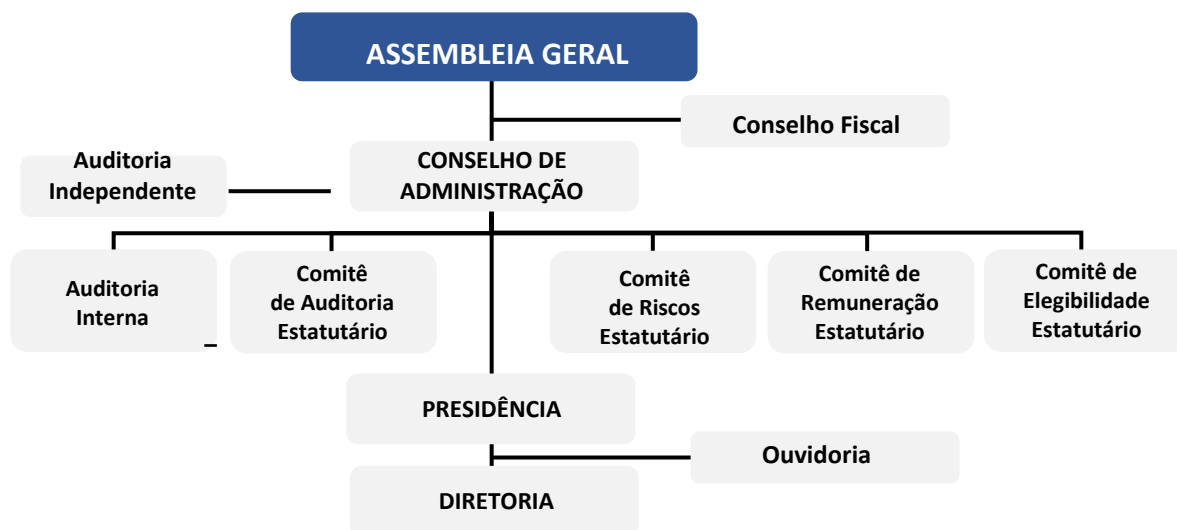
Gestão de Capital - R\$ mil

	1S2022	1S2021	V12M
Patrimônio de Referência	1.560.271	1.448.300	7,73%
PR Nível I	1.560.271	1.448.300	7,73%
PR Nível II	-	-	-
Índice de Basileia	17,52%	20,22%	-13,35%

O Patrimônio de Referência - PR atingiu no 1º semestre de 2022, o montante de R\$ 1.560.271 mil, um aumento de 7,73% quando comparado com o 1º semestre de 2021, a variação do PR deve-se principalmente a apuração de lucro gerado para o período.

O Índice de Basileia – IB atingiu 17,52% no 1º semestre de 2022, uma diminuição de 13,35% em relação ao 1º semestre de 2021, ocorrido em função do aumento em 24,30% das exposições dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA no período, maior que o aumento verificado no PR. Ainda assim, o IB ficou acima do estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15,00%) e do exigido pelo Bacen (10,50%), demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos.

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e *compliance* podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no *website* de Relações com Investidores: <http://ri.banpara.b.br>

Governança Corporativa


Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, de acordo com as orientações e disposições contidas na Política de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê de Remuneração Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e Estatuto Social do Banpará.

Ouvidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos. Em cumprimento ao contido no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, Auditoria Externa.

Auditoria Interna: vinculada direta e hierarquicamente ao Conselho de Administração e, tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria orientada por uma filosofia de agregar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando no alcance dos objetivos do Banpará, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa.

Controles Internos e *Compliance*

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*). Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecidos pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

O Programa de *Compliance* instituído no Banpará vem para fortalecer a cultura, alavancar os negócios e proteger a reputação do Banco.

Para a eficiência do sistema de controle interno e *compliance* são realizados monitoramentos a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar a imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados e os status reportados à Diretoria Colegiada, Comitê de Elegibilidade Estatutário, Comitê de Remuneração Estatutário, Comitê de Riscos Estatutário, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, mensalmente e trimestralmente, respectivamente.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD/FT e metodologia de avaliação de risco de LD/FT, com ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de identificação de clientes (conheça seu cliente, conheça seu funcionário e conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados) e avaliação de risco sob a ótica de PLD sobre os novos produtos, serviços e transações.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/2020 ou de 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 2.527/2011. Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o manifestante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação, para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao Bacen, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020 e Instrução Normativa Nº 265/2022. No 1º semestre de 2022, foram analisadas 222 demandas, sendo 69 procedentes e 153 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco por meio de proposições nos Relatórios mensais e semestrais, que objetivam melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução CMN 4.860/2020; Resolução BCB Nº 222/2022 e Instrução Normativa Bacen nº 265/2022; Resolução CVM nº 43/2021; Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011; e atende ao Ofício Circular nº 06/2016 da Ouvidoria Geral do Estado do Pará. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo Sarb 022/2019, exige das ouvidorias que ao menos 50,00% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis. No 2º trimestre de 2022, tivemos 156 demandas atendidas em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento desse prazo em 70,27%, do total das 222 registradas.

Desenvolvimento Econômico e Social

O Banpará tem como missão criar valor para o Estado do Pará como Banco autossustentável, promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse sentido, destacamos abaixo as principais linhas de crédito voltadas para esse segmento:

- **FUNDO ESPERANÇA** – Criado pelo Governo do Estado, em 20 de março de 2020, por meio da Lei Estadual nº 9.032 de 20/03/2020, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 618 de 20/03/2020 e alterado pelo Decreto Nº 1.352 de 04/03/2021, com o objetivo de conceder empréstimos as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Estado do Pará afetadas pelas adversidades econômicas decorrente da Pandemia da COVID-19.

O Banpará atua como agente financeiro do Fundo sendo a gestão realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Mineração – SEDEME.

As contratações, no ano de 2020, ocorreram no período de 27/03/2020 a 31/08/2020. No total foram liberados recursos na ordem de R\$ 154 milhões para aproximadamente 67 mil empreendedores.

Em 2021, a partir do dia 17/03/2021, foram realizadas novas contratações que totalizaram R\$ 137 milhões de recursos liberados. Em 2022, não houveram contratações.

- **CREDCIDADÃO** – Programa de microcrédito do Governo do Pará, instituído desde 2004, por meio da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem sua gestão compartilhada com o órgão gestor Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - NGPM e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

O Programa tem como objetivo a concessão de financiamentos a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas, buscando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, a geração de postos de trabalho e de renda e o resgate da cidadania. As contratações durante o segundo trimestre de 2022, totalizam R\$ 4,8 milhões.

- **MICROCRÉDITO** – O Banpará disponibilizou, no 1º semestre de 2022, com recursos próprios, mais de R\$ 33,8 milhões em pouco mais de 3,5 mil operações destinados a micro e pequenos negócios de pessoas físicas ou jurídicas, o que representa um aumento de, aproximadamente, 450,00% em relação ao mesmo período do ano passado.

O crescimento ocorreu, principalmente, devido ao fortalecimento da carteira de microcrédito como política institucional do Banco, por meio das ações de Marketing, treinamento das unidades e parcerias com entes da sociedade civil.

Ademais, além das linhas já conhecidas, Banpará Comunidade/Mototaxista e Empodera, em 2022, foram lançadas 3 novas linhas, quais sejam, Qualifica Pará, direcionada ao

atendimento dos participantes do programa de capacitação de mesmo nome, Qualifica Pará, Taxistas, direcionada especificamente para taxistas, e Credturismo, destinada aos empreendedores de micro e pequenos negócios que atuem no setor do Turismo. Tudo para proporcionar o fomento do empreendedorismo estadual, sempre observando a qualidade das operações contratadas.

- **FUNGETUR** - Linha de financiamento que utiliza recursos de repasse do Governo Federal por meio do Fundo Geral do Turismo – Fungetur e destina-se aos clientes Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços elencados no Artigo 21 da Lei nº 11.771/2008 e que estejam cadastradas no Cadastur do Ministério do Turismo. O Banpará é responsável pela análise e aprovação do crédito, pela definição das garantias e pelo risco da operação.

Os recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo servem como instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do setor de turismo. As contratações durante o primeiro semestre de 2022, totalizam R\$ 155 mil.

- **BNDES** – O Banpará atua como agente financeiro credenciado ao BNDES para operar com recursos de repasses, sendo responsável pela análise e aprovação do crédito e, também, pela definição das garantias e pelo risco da operação.

Os programas e linhas de financiamento com recursos do BNDES perpassam desde o apoio para produção, aquisição e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, até o apoio para projetos de investimento para implantação, ampliação, modernização e expansão da capacidade produtiva do Estado do Pará.

O volume financeiro contratado referente as linhas BNDES Finame e BNDES Automático totalizado no 1º semestre de 2022 foi de, aproximadamente, R\$ 1,6 milhões.

- **CRÉDITO RURAL** – O portfólio de produtos de crédito rural possui linhas de financiamento destinadas aos produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, e cooperativas ou associações de produtores rurais, para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil, entre os quais podemos destacar o Banpará-Bio, linha de crédito destinada ao financiamento de sistemas agroflorestais, florestamento, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e demais atividades e serviços agropecuários pautados na sustentabilidade ambiental e social em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas por produtores rurais.

Ao longo do 1º semestre de 2022, o Banpará teve um volume de contratação direcionado às atividades rurais no total de R\$ 41,5 milhões, um aumento expressivo em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 2,1 milhões), o que se justifica devido a reestruturação da Carteira de Crédito Rural, com implementação ferramentas tecnológicas e aperfeiçoamento dos procedimentos internos.

Sustentabilidade e Ações sociais

As estratégias socioambientais do Banpará para o desenvolvimento econômico e social sustentável foram desafiadoras, considerando o propósito de ampliar nossa gestão para uma agenda mais robusta de governança social, ambiental e climática, a fim de mitigar o risco socioambiental relacionado aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

As diretrizes socioambientais do Banco são consolidadas na Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA, em conformidade com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução nº 4.327/2014, no que tange à mitigação do risco socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, considerando a avaliação da relevância e proporcionalidade, bem como as normas do SARB nº 14 da Febraban, que corroboraram para a implantação do Manual de Normas e Procedimentos de Classificação, Avaliação e Monitoramento de Riscos Socioambientais.

Em virtude dos riscos oriundos das questões climáticas e pela Resolução CMN nº 4.945/2021, a PRSA está em processo de revisão para PRSAC – Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, para inclusão de diretrizes para mitigação de tais riscos nas atividades, operações e no relacionamento com as partes interessadas, de forma a garantir a sustentabilidade dos negócios do Banco.

O Plano de Implementação da PRSA é uma das ferramentas para materialização das diretrizes socioambientais.

Houve a reestruturação das áreas de governança de riscos e responsabilidade socioambiental, com vistas a trazer maior alinhamento e eficiência no atendimento da PRSA, direcionando as estratégias para atendimento da Agenda ASG e mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos para uma só Diretoria.

Iniciou-se o novo ciclo para o Relatório de Sustentabilidade - ano 2021, conforme Normas *Standard da Global Reporting Initiative* (GRI), como forma de valorizar a transparência e atender as diretrizes contidas na PRSA, bem como na Lei nº 13.303/2016.

Ações periódicas de divulgação e acultramento interno da responsabilidade socioambiental:

- Continuidade na prática de distribuição de canecas, visando evitar o consumo de descartáveis dentro do Banco, e na realização da coleta seletiva, ajudando a promover educação ambiental entre funcionários e colaboradores, e a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará.

O apoio financeiro a projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos é uma das práticas de responsabilidade social do Banpará. Foram mantidos os projetos da Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento de câncer e outras patologias crônicas; Espaço Nova Vida, que trata dependentes químicos; e Associação Projeto Ação Sorriso, que oferece atendimentos clínicos e de fisioterapia no município de Itaituba/PA.

Favorecendo a prática da Inclusão Social, o Banco manteve em seu quadro de prestadores de serviços 90 portadores de deficiência, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência – APPD.

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 1º semestre de 2022 são fruto da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará, agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Ruth Pimentel Mélo
Diretora-Presidente

Bruno Bitar Morhy
Diretor de Tecnologia

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

João Bernardo Pereira Lima
Diretor Financeiro e de Produtos e Serviços Comerciais

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor Comercial e de Fomento

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor Administrativo

Larissa Wanghon Monteiro Raiol
Chefe de Relações com Investidores

BPAR

B3 LISTED

Demonstrações
Financeiras
Intermediárias
2T2022

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CNPJ/MF N° 04.913.711/0001-08

NIRE 15300000114



Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	15.597.225	12.518.708
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.926.462	988.601
1.01.01	Caixa	220.483	196.602
1.01.01.01	Caixa	220.483	196.602
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.705.979	791.999
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	2.705.979	791.999
1.02	Ativos Financeiros	12.314.831	11.179.278
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	286.741	279.260
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	286.741	279.260
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	12.028.090	10.900.018
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	969.913	788.594
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.266.923	1.133.007
1.02.04.04	Operações de Crédito	9.070.065	8.284.175
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-220.801	-203.329
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	941.990	897.571
1.03	Tributos	173.600	158.937
1.03.03	Outros	173.600	158.937
1.03.03.01	Créditos Tributários	173.600	158.937
1.04	Outros Ativos	10.231	9.705
1.04.03	Outros	10.231	9.705
1.04.03.01	Outros Ativos	12.031	11.505
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	32	32
1.06	Imobilizado	56.344	60.758
1.06.01	Imobilizado de Uso	215.462	213.599
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	215.462	213.599
1.06.03	Depreciação Acumulada	-159.118	-152.841
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-159.118	-152.841
1.07	Intangível	115.725	121.397
1.07.01	Intangíveis	202.548	193.364
1.07.01.01	Intangíveis	202.548	193.364
1.07.03	Amortização Acumulada	-86.823	-71.967
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-86.823	-71.967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	15.597.225	12.518.708
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.570.992	10.595.809
2.02.01	Depósitos	13.132.708	10.304.800
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.580.628	1.608.265
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.095.896	7.241.218
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.456.184	1.455.317
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	52.448	102.312
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	52.448	102.312
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	385.836	188.697
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	108.675	72.154
2.02.03.02	Relações Interdependência	15.950	3.250
2.02.03.03	Emissão de Títulos	157.991	11.923
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	55.629	63.230
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	47.591	38.140
2.03	Provisões	148.339	146.202
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	89.853	85.962
2.03.02	Provisão para Contingências	58.486	60.240
2.04	Passivos Fiscais	1.832	3.398
2.04.01	Obrigações Fiscais Corrente	1.832	3.398
2.05	Outros Passivos	200.066	134.601
2.05.01	Outras Obrigações	200.066	134.601
2.07	Patrimônio Líquido	1.675.996	1.638.698
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.121	1.473.121
2.07.04	Reservas de Lucros	149.597	165.577
2.07.04.01	Reserva Legal	12.064	12.064
2.07.04.02	Reserva Estatutária	137.533	137.533
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	15.980
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.278	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	642.850	1.193.160	433.772	832.992
3.01.01	Operações de Crédito	489.920	945.996	402.005	781.367
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	136.688	233.861	29.367	47.326
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	9.633	710	0	0
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	6.609	12.593	2.400	4.299
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-353.257	-620.963	-105.030	-190.444
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-295.565	-516.291	-65.832	-105.757
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-6.929	-8.782	-339	-2.081
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-50.763	-95.890	-36.959	-81.977
3.02.04	Resultado de operações de câmbio	0	0	-1.900	-629
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	289.593	572.197	328.742	642.548
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-228.322	-436.293	-224.179	-427.960
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	45.411	84.791	34.430	67.480
3.04.02.01	Receita de Prestação de Serviços	33.912	62.977	25.942	51.120
3.04.02.02	Rendas de Tarifas Bancárias	11.499	21.814	8.488	16.360
3.04.03	Despesas com Pessoal	-129.814	-253.308	-121.645	-230.654
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-127.467	-243.694	-116.936	-225.346
3.04.05	Despesas Tributárias	-20.340	-40.422	-20.762	-41.234
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	20.174	42.716	23.075	32.350
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-16.286	-26.376	-22.341	-30.556
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	61.271	135.904	104.563	214.588
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.702	-43.043	-29.152	-71.510
3.06.01	Corrente	-15.086	-57.707	-27.651	-87.307
3.06.02	Diferido	6.384	14.664	-1.501	15.797
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	52.569	92.861	75.411	143.078
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	52.569	92.861	75.411	143.078
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-8.608	-15.222	-14.106	-22.708
3.10.01	Participações	-8.608	-15.222	-14.106	-22.708

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	43.961	77.639	61.305	120.370
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	4,62	8,15	6,44	12,64
3.99.01	Lucro Básico por Ação	4,62	8,15	6,44	12,64
3.99.01.01	ON	4,62	8,15	6,44	12,64

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	43.961	77.639	61.305	120.370
4.04	Resultado Abrangente do Período	43.961	77.639	61.305	120.370
4.04.01	Lucro Abrangente	43.951	77.621	61.291	120.342
4.04.02	Lucro Abrangente das Part. dos não Controladores	10	18	14	28

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.987.097	1.079.669
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	253.588	322.386
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	135.904	214.588
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	117.684	107.798
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.733.509	757.283
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-181.319	63.219
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-137.774	-11.772
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	25.686	40.470
6.01.02.04	Operações de Crédito	-865.508	-1.091.747
6.01.02.05	Outros Créditos	-42.536	76.223
6.01.02.06	Outros valores e bens	-527	-3.473
6.01.02.07	Outras obrigações	57.688	66.866
6.01.02.08	Depósitos	2.827.908	1.882.813
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-49.865	-92.557
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	146.067	-104.894
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	9.459	2.329
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	-7.590	10.282
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-48.180	-80.476
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.223	-2.212
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-1.883	-5.350
6.02.03	Aquisição de Intagível	-10.784	-3.897
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento	6.444	6.727
6.02.05	Alienação de Intagível	0	308
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.340	-38.948
6.03.01	Remuneração de Capital Próprio	-40.340	-38.948
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.673	-620
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.937.861	1.037.889
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	988.601	1.269.586
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.926.462	2.307.475

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.980	0	-24.361	0	-40.341
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.980	0	0	0	-15.980
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-24.361	0	-24.361
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	77.639	0	77.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	77.639	0	77.639
5.07	Saldos Finais	1.473.121	0	149.597	0	53.278	0	1.675.996

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	172.457	0	-183.914	0	-16.030	0	-27.487
5.04.01	Aumentos de Capital	172.457	0	-172.457	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.457	0	0	0	-11.457
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-16.030	0	-16.030
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	120.370	0	120.370
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	120.370	0	120.370
5.07	Saldo Finais	1.473.121	0	0	0	104.340	0	1.577.461

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	1.202.407	825.749
7.01.01	Intermediação Financeira	1.193.160	832.363
7.01.02	Prestação de Serviços	84.791	67.480
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-95.890	-81.977
7.01.04	Outras	20.346	7.883
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-525.073	-107.837
7.02.01	Captação	-516.291	-105.757
7.02.02	Obrigação por Empréstimo e Repasses	-8.782	-2.080
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-207.758	-193.613
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-12.278	-11.686
7.03.02	Serviços de Terceiros	-191.475	-175.831
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.005	-6.096
7.04	Valor Adicionado Bruto	469.576	524.299
7.05	Retenções	-22.742	-21.782
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.742	-21.782
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	446.834	502.517
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	446.834	502.517
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	446.834	502.517
7.09.01	Pessoal	233.819	221.964
7.09.01.01	Remuneração Direta	172.024	163.956
7.09.01.02	Benefícios	49.998	43.814
7.09.01.03	F.G.T.S.	11.797	14.194
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	118.176	144.142
7.09.02.01	Federais	112.877	139.830
7.09.02.03	Municipais	5.299	4.312
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	17.200	16.041
7.09.03.01	Aluguéis	17.200	16.041
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	77.639	120.370
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.361	16.030
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.278	104.340

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de Banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);

Resolução CMN nº 4.818/2020 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução CMN nº 4.534/2016 – Intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.818/2020 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.924/2021 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.818/2020 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 4.535/2016 – Imobilizado (CPC 27);
Resolução CMN nº 4.877/2020 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por ação (CPC 41); e
Resolução CMN nº 4.924/2021 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46).

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* - IFRS.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 08 de agosto de 2022.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas;

perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 – Determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 14 – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 18 – Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Nota explicativa nº 21 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada pró-rata temporis, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na BCB nº 02 de 2020), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN n° 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal

desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis, são provisionados e divulgados nas notas

explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 15.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são

observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN N° 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará

considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de 2 (dois) anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem às Demonstrações Financeiras Intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.06.2022	31.12.2021
Caixa	220.483	196.602
Disponibilidades em moeda nacional	199.599	186.113
Disponibilidades em moeda estrangeira	20.884	10.489
Equivalente de Caixa	2.705.979	791.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.705.979	791.999
Total	2.926.462	988.601

O montante de R\$ 2.926.462 em 30 de junho de 2022 (R\$ 988.601 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.2022	31.12.2021
Aplicações - Mercado Aberto	2.705.979	791.999
Posição bancada	2.705.979	791.999
Letras Financeiras do Tesouro	1.489.673	311.998
Letras do Tesouro Nacional	858.313	430.001
Notas do Tesouro Nacional	357.993	50.000
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	969.913	788.594
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	615.828	586.960
Não ligadas	354.085	201.634
Total	3.675.892	1.580.593

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Posição Bancada	83.036	137.198	18.308	28.722
Depósitos Interfinanceiros	18.866	31.813	3.238	5.714
Total	101.902	169.011	21.546	34.436

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	30.06.2022	31.12.2021
Livres	1.188.664	990.230
Letras Financeiras do Tesouro	1.123.704	918.825
CVS	62.387	68.832
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	2.573	2.573
Vinculados a operações compromissadas	52.631	102.489
Letras Financeiras do Tesouro	52.631	102.489
Vinculados ao Banco Central	16.171	31.325
Letras Financeiras do Tesouro	16.171	31.325
Vinculados à prestação de garantia	9.457	8.963
Letras Financeiras do Tesouro	9.457	8.963
Total	1.266.923	1.133.007
Circulante	1.201.963	1.061.602
Não Circulante	64.960	71.405

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia

(FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			30.06.2022	31.12.2021
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	1.089	319.188	470.983	410.703	1.201.963	1.061.602
Títulos públicos	-	1.089	319.188	470.983	410.703	1.201.963	1.061.602
Letras financeiras tesouro	-	1.089	319.188	470.983	410.703	1.201.963	1.061.602
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	-	-	2.573	62.387	-	64.960	71.405
Títulos públicos	-	-	-	62.387	-	62.387	68.832
CVS	-	-	-	62.387	-	62.387	68.832
Títulos privados	-	-	2.573	-	-	2.573	2.573
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	2.573	-	-	2.573	2.573
TOTAL EM 30.06.2022	-	1.089	321.761	533.370	410.703	1.266.923	-
TOTAL EM 31.12.2021	135.855	-	303.557	370.392	323.203	-	1.133.007

(a) não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro 2021. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.06.2022		31.12.2021		30.06.2022	31.12.2021
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.202.034	1.201.963	1.064.260	1.061.602	(71)	(2.658)
Letras financeiras do tesouro	1.202.034	1.201.963	1.064.260	1.061.602	(71)	(2.658)
Mantidos até o vencimento (a)	64.960	64.960	71.405	71.405	-	-
CVS	62.387	62.387	68.832	68.832	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	2.573	2.573	2.573	2.573	-	-

(a) os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	30.06.2022	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.201.963	1.201.963	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	62.387	-	62.387
Cotas de fundos de invest. Em participações.	2.573	2.573	-
Total	1.266.923	1.204.536	62.387

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.061.602	1.061.602	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	68.832	-	68.832
Cotas de fundos de invest. Em participações	2.573	2.573	-
Total	1.133.007	1.064.175	68.832

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Resultado de títulos de renda fixa	35.130	62.264	8.339	13.801
Resultado de títulos de renda variável	43	0	17	42
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(387)	2.586	(535)	(953)
Total	34.786	64.850	7.821	12.890

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	30.06.2022	31.12.2021
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	57.467	10.937
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	288.390	314.790
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	286.741	279.260
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	70.409	68.266
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	-	6.219
Total	703.007	679.472
Circulante	632.598	611.206
Não Circulante	70.409	68.266

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 70.409 em 30 de junho de 2022 (R\$ 68.266 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizado recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de Operação

	30.06.2022	31.12.2021
Operações de Crédito	9.070.065	8.284.175
Adiantamentos a Depositantes	239	84
Empréstimos	8.696.491	8.035.399
Outros Financiamentos	23.218	13.542
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.167	6.023
Financiamentos Imobiliários	327.950	229.127
Outras rubricas	149.721	139.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	92.880	78.087
Operações de Câmbio	56.841	61.750
Total da Carteira de Crédito	9.219.786	8.424.012
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(217.169)	(200.405)
Provisões constituídas	(212.747)	(196.476)
Outros Créditos (Nota 8)	(4.422)	(3.929)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	9.002.617	8.223.607
Circulante	2.706.348	2.297.719
Não Circulante	6.513.437	5.925.889

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.06.2022	31.12.2021
Pessoa Física	8.998.755	8.201.596
Consignados	6.843.900	6.386.572
Banparacard	1.346.227	1.336.122
Cheque especial	5.830	4.317
Cartão de crédito	154.357	103.594
Sazonais	117.327	1.150
Imobiliário	299.264	204.169
Outros	231.850	165.672
Pessoa Jurídica	221.031	222.416
Cheque empresarial	5.067	3.254
Capital de Giro	107.830	119.117
Imobiliário	28.686	24.954
Outros	79.448	75.091
Total	9.219.786	8.424.012

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2022	31.12.2021
Parcelas Vincendas	4.925.752	3.710.344	141.760	86.403	96.931	20.006	22.239	30.401	92.568	9.126.404	8.356.194
Até 30 dias	120.289	157.458	18.438	17.990	4.487	1.783	2.160	1.816	5.576	329.997	265.680
31 a 60 dias	42.839	64.380	10.435	14.258	2.939	1.056	1.405	832	2.853	140.997	249.993
61 a 90 dias	105.336	125.659	9.283	13.976	2.948	1.147	1.516	1.152	3.561	264.578	234.597
91 a 180 dias	358.825	377.418	25.633	6.838	7.402	2.784	3.944	2.922	10.689	796.455	503.578
181 a 360 dias	519.028	484.563	29.389	14.106	10.379	2.994	3.546	3.908	13.027	1.080.940	1.078.537
Acima de 360 dias	3.779.435	2.500.866	48.582	19.235	68.776	10.242	9.668	19.771	56.862	6.513.437	6.023.809
Parcelas Vencidas	-	6.084	4.171	8.166	9.174	6.764	11.191	9.151	38.681	93.382	67.818
Até 14 dias	-	6.073	999	1.019	927	429	497	467	1.569	11.980	11.479
15 a 30 dias	-	11	3.172	1.994	558	276	189	142	404	6.746	4.245
31 a 60 dias	-	-	-	5.153	957	737	672	994	2.673	11.186	8.054
61 a 90 dias	-	-	-	-	6.732	871	703	1.049	2.860	12.215	6.955
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	4.451	9.130	6.499	9.713	29.793	17.676
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	21.459	21.459	19.409
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-
TOTAL EM 30.06.2022	4.925.752	3.716.428	145.931	94.569	106.105	26.770	33.430	39.552	131.249	9.219.786	-
TOTAL EM 31.12.2021	4.406.921	3.509.427	131.536	84.734	86.241	19.052	21.392	35.817	128.892	-	8.424.012

d. Por Setores de Atividade

Setores	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	8.675.443	94,10	7.990.146	94,85
Varejo Pessoas Jurídicas	114.281	1,24	123.422	1,47
Rural - Pessoa Física e Jurídica	22.052	0,24	6.022	0,07
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	23.217	0,25	13.547	0,16
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	56.842	0,62	61.751	0,73
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	327.951	3,55	229.124	2,72
Total	9.219.786	100,00	8.424.012	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	40.252	0,44	38.685	0,46
10 maiores devedores	91.257	0,99	84.824	1,01
20 maiores devedores	42.002	0,46	47.197	0,56
50 maiores devedores	62.038	0,67	53.628	0,64
100 maiores devedores	87.655	0,95	79.041	0,94
Demais devedores	8.896.582	96,49	8.120.637	96,40
Total	9.219.786	100,00	8.424.012	100,00

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.06.2022	30.06.2021
Saldo no início do período	(196.476)	(172.410)
Provisões constituídas	(523.215)	(431.643)
Reversões de provisões	427.818	350.449
Valores baixados ou compensados com créditos	79.126	50.926
Saldo final do período	(212.747)	(202.678)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.929)	(2.386)
Provisões constituídas	(26.198)	(10.732)
Reversões de provisões	25.705	9.950
Outros créditos - Saldo no final do período	(4.422)	(3.168)
Saldo final do período	(217.169)	(205.846)
Circulante	(117.770)	(95.155)
Não Circulante	(99.399)	(110.691)

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	30.06.2022	30.06.2021
Saldo no início do período	122.182	98.712
Renegociação	47.962	20.621
Recebimentos	(21.357)	(11.616)
Baixas	(3.171)	(4.853)
Saldo final do período	145.616	102.864
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	52.803	59.623
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	36,26%	57,96%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Adiantamento a depositante	63	106	69	125
Empréstimo	470.943	912.909	387.413	755.584
Financiamento com interveniência	1.140	1.802	270	583
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	10.647	18.957	12.163	21.617
Financiamentos rurais	337	416	36	70
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	6.790	11.806	2.054	3.388
Total	489.920	945.996	402.005	781.367

8. OUTROS CRÉDITOS

Contas	30.06.2022	31.12.2021
Carteira de câmbio	56.319	63.668
Créditos a receber	4.599	690
Serviços prestados a receber	4.582	645
Serviços prestados em arranjo de pagamento	17	45
Créditos diversos	464.806	433.001
Adiantamento e antecipações salariais	15.612	5.138
Adiantamento para pagamento	139.097	142.346
Devedores por depósitos em garantia (a)	94.583	93.193
Imposto e contribuições a compensar	89.542	85.363
Pagamentos a ressarcir	1.544	1.532
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.750	4.526
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	92.879	78.087
Devedores diversos – País (c)	26.799	22.816
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(8.054)	(6.853)
Com característica de concessão de Crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(4.422)	(3.929)
Sem característica de concessão de Crédito (d)	(3.632)	(2.924)
Circulante	517.670	490.506

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 92.879 em 30 de junho de 2022 (R\$ 78.087 em 31 de dezembro de 2021) e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2022	31.12.2021
BANPARÁ Mastercard	92.528	76.748
Valores a Faturar	14.628	15.698
Faturados a Receber	31.956	18.301
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	45.944	42.749
Cartão BANPARÁ	351	1.339
Parcelado sem juros	351	1.339
Total	92.879	78.087

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 26.799 em 30 de junho de 2022 (R\$ 22.816 em 31 de dezembro de 2021), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.632 em 30 de junho de 2022 (R\$ 2.924 em 31 de dezembro de 2021).

Contas	30.06.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(2.924)	(3.822)
Provisões constituídas	(2.443)	(5.032)
Reversões de provisões	1.735	5.930
Saldo final do período	(3.632)	(2.924)

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.513	57.269	23.577	10.770	106.577	13.722	171	213.599
Depreciação Acumulada	-	(36.948)	(14.187)	(5.615)	(88.911)	(7.008)	(171)	(152.840)
Líquido 31.12.2021	1.513	20.321	9.390	5.155	17.666	6.714	-	60.759
Aquisições	32	1	91	20	1.045	693	-	1.882
Baixas Custo	-	(11)	-	-	(10)	-	-	(21)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	10	-	-	10
Depreciação	-	(289)	(934)	(502)	(4.049)	(512)	-	(6.286)
Movimentação Líquida	32	(299)	(843)	(482)	(3.002)	181	-	(4.415)
Custo	1.545	57.259	23.668	10.790	107.614	14.415	171	215.462
Depreciação Acumulada	-	(37.237)	(15.121)	(6.117)	(92.952)	(7.520)	(171)	(159.118)
Líquido 30.06.2022	1.545	20.022	8.547	4.673	14.662	6.895	-	56.344

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	165.795	7.196	3.000	17.373	193.364
Amortização Acumulada	(70.217)	-	(1.750)	-	(71.967)
Líquido 31.12.2021	95.578	7.196	1.250	17.373	121.397
Aquisições	3.356	7.428	-	-	10.784
Baixas Custo	(1.599)	-	-	-	(1.599)
Baixas Amortização	1.599	-	-	-	1.599
Amortização	(15.706)	-	(750)	-	(16.456)
Movimentação Líquida	(12.350)	7.428	(750)	-	(5.672)
Custo	167.551	14.624	3.000	17.373	202.548
Amortização Acumulada	(84.323)	-	(2.500)	-	(86.823)
Líquido 30.06.2022	83.228	14.624	500	17.373	115.725

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	30.06.2022	31.12.2021
Circulante	10.566.307	7.743.607
Depósitos à vista	1.580.628	1.608.265
Depósitos do público	335.010	336.794
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	8.811	3.076
Depósitos de Governo	1.236.405	1.267.993
Depósitos a prazo	7.529.495	4.680.025
Depósitos de poupança	1.456.184	1.455.317
Não Circulante	2.566.401	2.561.193
Depósitos a prazo	2.566.401	2.561.193
Total	13.132.708	10.304.800

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Poupança	30.06.2022	31.12.2021
Sem vencimento	1.580.628	375	1.456.184	3.037.187	3.064.653
Até 30 dias	-	97.316	-	97.316	150.404
De 31 a 60 dias	-	132.190	-	132.190	156.830
De 61 a 90 dias	-	336.055	-	336.055	78.300
De 91 a 180 dias	-	693.321	-	693.321	622.474
De 181 a 360 dias	-	6.270.238	-	6.270.238	3.670.946
Acima de 360 dias	-	2.566.401	-	2.566.401	2.561.193
Total	1.580.628	10.095.896	1.456.184	13.132.708	10.304.800

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Poupança	30.06.2022	31.12.2021
Sociedades ligadas	951.396	6.054.646	-	7.006.042	4.872.022
Pessoas físicas	218.526	1.330.937	1.415.930	2.965.393	2.828.401
Invest. Institucionais	-	2.008	-	2.008	2.226
Instituição Financeira	402	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	120.721	1.454.294	40.254	1.615.269	1.783.911
Governo municipal	285.367	1.254.011	-	1.539.378	815.682
Outros	4.216	-	-	4.216	2.156
Total	1.580.628	10.095.896	1.456.184	13.132.708	10.304.800

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	30.06.2022	31.12.2021
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	52.448	102.312
Total	52.448	102.312

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

e. Despesas de captação

	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Depósitos de poupança	(24.799)	(47.304)	(7.545)	(12.968)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(1.657)	(2.836)
Depósitos a prazo	(259.895)	(452.466)	(52.118)	(81.407)
Depósitos judiciais	(1)	(15)	(15)	(29)
Operações compromissadas— Carteira própria e Terceiros	(2.835)	(4.695)	(846)	(1.257)
Letras financeiras	(4.143)	(4.285)	(663)	(1.438)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(3.892)	(7.526)	(2.988)	(5.822)
Total	(295.565)	(516.291)	(65.832)	(105.757)

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30.06.2022	31.12.2021
Obrigações junto a partic. de sist. de liquidação	27.716	-
Arranjo de Pagamento	80.959	72.154
Total	108.675	72.154

O montante de R\$ 108.675 em 30 de junho de 2022 (R\$ 72.154 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação, tais como cheques e outros papéis recebidos e recebimentos remetidos e transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. EMISSÃO DE TÍTULOS

	30.06.2022	31.12.2021
Circulante	1.451	8.170
Recursos de Letras Financeiras	1.451	8.170
Não Circulante	156.540	3.753
Recursos de Letras Financeiras	156.540	3.753
Total	157.991	11.923

O montante de R\$ 157.991 em 30 de junho de 2022 (R\$ 11.923 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco.

Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30.06.2022	31.12.2021
No Exterior	55.629	63.230
No país	47.592	38.140
Total	103.221	101.370

O montante de R\$ 103.221 em 30 de junho de 2022 (R\$ 101.370 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (Funding) em bancos de outros países. A expansão é reflexo do aumento volume de operações no que se refere à cambio futuro e captações externas.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Contas	30.06.2022	31.12.2021
Circulante	200.066	134.601
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	29.613	6.897
Sociais e estatutárias	237	257
Fiscais e previdenciárias	23.071	26.641
Obrigações por convênios	12.422	10.120
Obrigações por prestação de serviços	58.467	57.691
Credores por Recursos a Liberar	31.184	20.485
Credores diversos – País (a)	44.125	9.725
Obrigações por Transações de Pagamento	440	1.652
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo	169	676
Outras Obrigações	338	457
Total	200.066	134.601

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 44.125 em 30 de junho de 2022 (R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2021), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	30.06.2022	31.12.2021
Circulante	101.633	115.602
Provisão com Pessoal	33.942	21.334
Provisão com PLR	15.407	19.325
Provisão para outras despesas administrativas	37.872	43.164
Passivo para risco – Trabalhista	9.947	23.192
Passivo para risco – Cível	1.730	1.328
Passivo para risco – Tributária	-	5.016
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	104	104
Outros	2.631	2.139
Não Circulante	46.706	30.600
Passivo para risco – Trabalhista	21.724	10.788
Passivo para risco – Cível	17.178	17.167
Passivo para risco - Tributário	7.804	2.645
Total	148.339	146.202

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 31.671 em 30 de junho de 2022 (R\$ 33.980 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 6.212 em 30 de junho de 2022 (R\$ 5.901 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável, são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de junho de 2022 é R\$ 18.908 (R\$ 18.495 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 87.581 em 30 de junho de 2022 (R\$

71.679 em 31 de dezembro de 2021) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de junho de 2022 é R\$ 7.804 (R\$ 7.661 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 21.293 em 30 de junho de 2022 (R\$ 20.219 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões judiciais

	30.06.2022			30.06.2021		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	33.980	18.495	7.661	37.763	15.340	7.363
Atualização monetária	2.224	2.097	400	2.346	1.695	87
Constituições	3.105	1.083	-	3.086	607	-
Reversões	(2.381)	(2.343)	(257)	(1.601)	(463)	-
Pagamentos	(5.257)	(424)	-	(2.544)	(224)	-
No final do Período	31.671	18.908	7.804	39.050	16.955	7.450
Dep. Judiciais	18.169	16.210	60.030	21.816	16.869	55.425

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	9.947	1.730	-	11.677
De 1 a 5 anos	6.420	17.121	-	23.541
Acima de 5 anos	15.304	57	7.804	23.165
Total	31.671	18.908	7.804	58.383

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.06.2022		30.06.2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	205	0,002	193	0,002
Demais Acionistas	1.256	0,013	1.268	0,013
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.638	2.011	9.521.649	0,021

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 30 de junho de 2022 as ações em circulação totalizavam uma quantidade de 2.011.

16.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 27 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos, referente ao exercício de 2021, no montante de R\$ 91.689 que após a dedução dos Juros sobre Capital Próprio, no valor de R\$ 75.709, pagos naquele exercício, resultou num saldo remanescente de R\$ 15.980 e pelo Conselho

de Administração foi aprovada a proposta de pagamento dos Juros sobre Capital Próprio relativo ao 1º trimestre de 2022 no montante de R\$ 24.361, ambos tendo seu efetivo pagamento ocorrido em 18 de maio de 2022.

17. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e complexidade das operações.

No fechamento de 30 de junho de 2022 o Banco manteve-se o contínuo monitoramentos dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para a efetividade do gerenciamento do risco de crédito referente aos procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito o Banpará:

- Gerencia o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Elabora modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito visam realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito;
- Monitora e controla o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração;
- Fornece reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas.
- Observa a regulamentação contábil em vigor e implementa mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;
- Avalia previamente o risco de crédito de todas as novas modalidades de produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de controles e monitoramento;
- Estabelece cenários de estresses para avaliação da resiliência da Instituição a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio específico;
- Adota boas práticas de mercado relacionadas as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito no mês junho de 2022 atingiu R\$ 9.219.785. O crescimento apresentado foi de 1,71% em relação ao mês anterior e 24,92% em relação ao mesmo período de 2021. O crédito direcionado para PF representa 97,60% e o crédito direcionado a PJ representa 2,40%.

O Banco, por nível de risco, concentra 96,34% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	4.925.752	53,42	4.406.921	52,31
A	3.716.428	40,31	3.509.427	41,66
B	145.931	1,58	131.536	1,56
C	94.569	1,03	84.734	1,01
D - H	337.105	3,66	291.394	3,46

A inadimplência passou a representar **1,51%** do crédito total:

1º Sem 2017	1 Sem 2018	1 Sem 2019	1 Sem 2020	1 Sem 2021	1Sem 2022
1,82%	2,12%	2,29%	1,52%	1,48%	1,51

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	30.06.2022	30.06.2021
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	2.695.983	2.100.995
USD	16.686	11.959
Euro	3.202	2.462
Cupom IPCA	-	819
Ações	-	618
Total	2.715.871	2.116.853

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário 1 - os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du – 13,15% e 63 du (1T) – 13,47% da curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3. Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX (USD – R\$ 5,24 e EUR – R\$ 5,48) das moedas do dia 30/06/2022 e o dólar e euro futuros (63 du) negociados na B3 (USD – R\$ 5,36 e EUR – R\$ 5,65).
- Cenário 2 - considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 25%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras;
- Cenário 3 – considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 50%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de Risco			Total da Perda	
	Taxa de Juros	Moedas USD	Moedas EURO	1º Sem 2022	%PR
	1º Sem 2022	1º Sem 2022	1º Sem 2022		
1	(30)	389	97	(456)	0,03%
2	(343)	(3.498)	(627)	(4.468)	-0,29%
3	(647)	(7.766)	(1.450)	(9.863)	-0,63%

PR: 1.560.271

* Para elaboração da metodologia dos cenários de 1S2022, utilizou-se os valores de dólar e euro futuro da B3, desta forma não foi possível realizar comparações.

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio, que representa apenas 0,16% do valor exposto ao risco da carteira total do Banco.

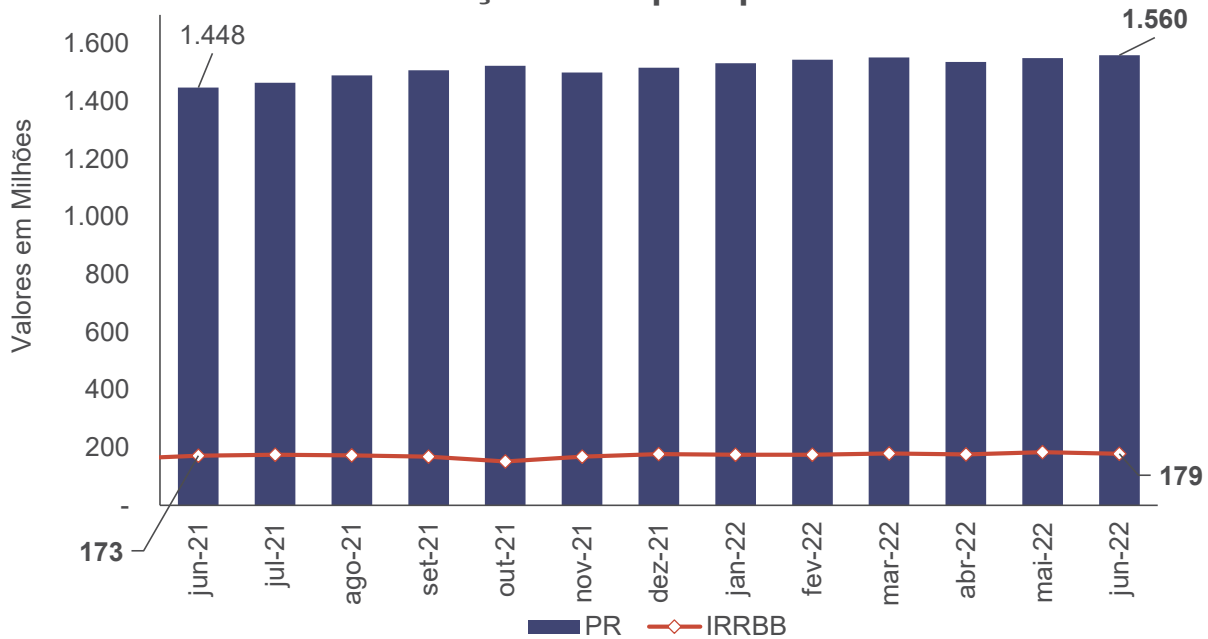
Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará para o IRRBB, nota-se um aumento de 3% entre jun/21 e jun/22 e para o PR o aumento no período foi de 8%.

Alocação de Capital para o IRRBB



Risco de Liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017, suas alterações e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento de exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30, 60 e 90 dias, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de rolagem de cada operação.

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos Órgãos de Governança, via relatórios mensais e tempestivos, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite

mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o Planejamento Estratégico quanto as condições de mercado.

Em 30 de junho de 2022, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

Risco Socioambiental:

O risco socioambiental refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrente de danos ambientais.

No Banpará, a estrutura organizacional da gestão de risco socioambiental é a Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI) que por meio da Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), gerencia as diretrizes e ações da PRSA, agenda ESG e risco social, ambiental e climático.

E tem como finalidade classificar, avaliar e monitorar o referido risco, visando minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a classificação do risco socioambiental, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica utilizando-se de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança socioambiental do cliente. Para os quesitos são observados: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, a Resolução CMN nº 4.327/2014, Resolução CMN nº 4.557/2017, Resolução CMN nº 4.943/2021, Resolução CMN nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9) e 18 (NR18).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

No processo institucional, a área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

O controle e acompanhamento, é realizado por meio monitoramento das validades das classificações de risco socioambiental gerado na concessão de crédito e por meio do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente, para a carteira de crédito pessoa jurídica.

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma

equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA;
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital;
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco;
- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) para avaliação de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio;
- A elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos; e
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, realizados mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Teste de Estresse;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de Resultado de Capital no Exercício

Quando comparado ao período de 31 de dezembro de 2022, verifica-se o crescimento do PR em 30 de junho de 2022 em 2,83%, em virtude de apuração de lucro no período, cerca de R\$ 77.639, e também pela redução do ajuste prudencial – Ativos Intangíveis em R\$ 5.672, por conseguinte, também tivemos o crescimento da parcela RWA em 8,27%, em decorrência do aumento da parcela de exposição ao risco de crédito - RWA_{CPAD} em R\$ 588.230, da parcela do risco de mercado RWA_{MPAD} em R\$ 27.618 e também da parcela de exposição ao risco operacional - RWA_{OPAD} em R\$ 64.432. Por fim, o índice de Basileia decresceu em 5,02%, impactado pela variação positiva do RWA em proporção maior que a variação positiva do montante da parcela PR.

ÍNDICE DE BASILEIA	30.06.2022	31.12.2021
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.560.271	1.517.301
Nível I	1.560.271	1.517.301
Capital Principal	1.560.271	1.517.301
Capital Social	1.473.122	1.473.122
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucro	149.597	165.576
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras*	-	-
Sobras de Lucro	-	-
Ajustes Prudenciais*	115.725	121.397
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA*	8.904.797	8.224.517
Exposição ao Risco de Crédito - RW_{CPAD}	8.054.625	7.466.395
Exposição ao Risco de Crédito - RW_{MPAD}	57.333	29.715
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RW_{AJUR1}	2.299	1.726
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RW_{AJUR3}	-	-
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RW_{ACAM}	55.034	27.989
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RW_{AACs}	-	-
Exposição ao Risco Operacional - RW_{OPAD}	792.839	728.407
IRRBB	178.758	177.460
Valor de Margem Sobre PR	446.509	517.389
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	17,52%	18,45%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Os componentes RW_{AJUR2} , RW_{AJUR4} e RW_{ACOM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

18. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

18.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresentando as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida – CD
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadoras	Banco do Estado do Pará S/A- BANPARÁ
Tipo de Patrocínio	Lei complementar 108 e 109/01
Quantidade de Grupo de Custeio	01

Adicionalmente, o **Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA** assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- Renda temporária;
- Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- Pecúlio por morte e invalidez.

Segue abaixo as últimas informações atualizadas:

	30.06.2022	31.12.2021
Participantes ativos		
Quantidade	1.458	1.309
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	8.574	9.657
Participantes assistidos		
Quantidade	89	86
Idade média (anos)	73	72
Benefício médio (R\$)	1.596	1.743
Pensionistas		
Quantidade	47	47
Idade média (anos)	55	55
Benefício médio	1.223	2.091

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 31 de maio de 2021 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de Avaliação Atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que destas é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

As principais premissas atuarias utilizadas (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	30.06.2022	31.12.2021
Posição dos Dados	Mai-21	Nov-21
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição Familiar		
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Aposentados	Cadastro Individual	Cadastro Individual
Crescimento Real de Salários	2,24%	2,24%
Taxa de Rotatividade	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)
Taxa Real Anual de Juros	5,85%	5,24%
Taxa de Inflação Projetada*	4,96%	4,96%
Taxa Anual de Juros	11,10%	10,46%
Expectativa de Retorno dos Ativos financeiros	11,10%	6,74%
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F

Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de Atualização	INPC	INPC
<i>*Representa a inflação projetada conforme informado pela Patrocinadora</i>		
Principais Premissas Atuariais		
Crescimento Real de Salários		2,24%
Taxa Real Anual de Juros		5,85%
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	

18.2. Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é superavitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do Plano.

A) - Conciliação dos Ativos do Plano		
	30.06.2022	31.12.2021
Valor do Ativo Justo no início do período	2.689.486	2.362.366
Receita de Juros dos Ativos	155.010	134.136
Contribuições do Patrocinador	121.584	141.497
Contribuições do Empregado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/(Perdas) sobre o Ativo Justo	(653.375)	51.487
Valor do Ativo Justo no final do período	2.312.705	2.689.486
B) - Conciliação do Valor Presente da Obrigação de Benefício Definido		
	30.06.2022	31.12.2021
Valor da Obrigação Atuarial no início do período	(680.191)	(660.062)
Custo de Juros Líquido	(36.499)	(35.489)
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Contribuições Patrocinador	-	-
Contribuições Assistidos	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/ (Perdas) sobre a Obrigação Atuarial	95.622	15.360
- Ganhos/ (Perdas) decorrentes da Experiência	61.703	(62.235)
- Ganhos/ (Perdas) decorrentes de mudança biométricas	-	-
- Ganhos/ (Perdas) decorrentes de mudança financeira	33.919	77.595
Valor da Obrigação Atuarial no final do período	(621.069)	(680.191)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 1.692, equivalente a 272,38% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para o 30 de junho de 2022.

18.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com esta Instituição Financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2022	31.12.2021
Estado do Pará	7.006.042	4.872.022
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	951.396	1.185.369
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	6.054.646	3.686.653

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	30.06.2022	30.06.2021
Remuneração	1.185	1.169
Diretoria	746	833
Conselho de Administração	439	336
Participação nos Lucros e resultados	128	147
Administradores	128	147

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 30 de junho de 2022 o Banco possui o valor de R\$ 5.772 (R\$ 5.750 em 31 de dezembro de 2021) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação Acionária:

Em 30 de junho de 2022, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 205 ações.

20. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 251.588.

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVO E PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Demonstração do cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social

DESCRIÇÃO	30.06.2022		30.06.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	101.058	120.682	159.431	191.880
Juros s/ Capital Próprio e Participações	24.361	24.361	16.030	16.030
Base de Cálculo	125.419	145.043	175.461	207.910
Adições (Exclusões)	5.413	(14.338)	22.035	(10.561)
Base de Cálculo	130.832	130.705	197.496	197.349
Alíquota Normal (15% e 20%)	19.625	26.141	29.624	39.470
Adicional do Imposto de Renda (10%)	13.071	-	19.740	-
IR e CSLL Devidos	32.696	26.141	49.364	39.470
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(785)	-	(1.185)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(345)	-	(340)	-
IR e CSLL a Pagar	31.566	26.141	47.839	39.470

A Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa n.º 1.942, de 27 de abril de 2020 (“IN 1942”), que alterou o artigo 30 da Instrução Normativa n.º 1.700/2017, para regulamentar a cobrança da alíquota de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicável a bancos de qualquer espécie e agências de fomento, a partir de 1º de março de 2020, por força da Emenda Constitucional nº 103/2019 de 12/11/2019. Para o período de 07/2021 a 12/2021, foi majorada a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando de 20% para 25% até 31/12/2021 conforme a Lei nº 14.183/2021, retornando à alíquota de 20% a partir de 01/01/2022.

a. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 173.600, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Provisões Judiciais Trabalhistas, ativadas em 2011 a 2021 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até 2021.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 30 de junho de 2022:

Créditos Tributários	31.12.2021	30.06.2022		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	88.268	28.210	(20.065)	96.413
Diferença Temporária - CSLL	70.669	22.569	(16.051)	77.187
Total	158.937	50.779	(36.116)	173.600

Em 30 de junho de 2022, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 173.600 (R\$ 158.937 em 31 de dezembro de 2021) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária de IRPJ e CSLL, provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado, sendo que R\$ 36.116 foram realizados ao longo do período.

Créditos Tributários	31.12.2021	30.06.2022		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	123.639	42.929	(26.661)	139.907
Diferença Temporária - Trabalhista	15.292	2.398	(3.437)	14.253
Diferença Temporária - Prov. Outros Créditos.	3.131	1.500	(959)	3.672
Diferença Temporária - Prov. Licença Prêmio	7.357	1.449	(1.577)	7.229
Diferença Temporária - Prov. Cíveis	8.322	1.431	(1.245)	8.508
Diferença Temporária - Marcação a Mercado	1.196	1.072	(2.237)	31
Total	158.937	50.779	(36.116)	173.600

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado:

Projeção de realização	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	Total
Crédito Tributário de I.R	8.508	10.004	9.223	9.856	10.059	48.794	96.444
Crédito Tributário de C. Social	6.807	8.003	7.378	7.885	8.047	39.036	77.156
Total dos créditos	15.315	18.007	16.601	17.741	18.106	87.830	173.600
Taxa média de captação a.a. (%)	8,74	10,57	9,30	8,12	7,96	40,88	
Valor presente do crédito tributário	14.084	16.286	15.188	16.409	16.771	62.346	141.084

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2022 totalizavam R\$ 4.322 (R\$ 9.461 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de junho de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2021	30.06.2022				Ativo Fiscal Diferido
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	
Provisão para Riscos Fiscais	7.661	(257)	400	-	7.804	3.532
Provisão para Outros Valores e Bens	1.800	-	-	-	1.800	810
Total das Adições Temporárias	9.461	(257)	400	-	9.604	4.342

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

22.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Recuperação de encargos e despesas	199	370	206	343
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	1.499	1.735	1.222	3.034
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	2.616	6.600	2.959	5.890
Reversão de provisões passivas	6.126	10.662	3.935	4.831
Atualização de valores ativos	6.389	8.342	3.878	3.884
Atualização de depósitos judiciais	-	-	928	1.723
Varição cambial e diferença de taxas	1.067	11.760	4.415	5.930
Outros	355	504	176	420
Total	18.251	39.973	17.719	26.055

Outras despesas operacionais	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Serviços associados a transações de pagamento	(756)	(1.462)	(678)	(1.342)
Desc. concedidos em renegociações	(234)	(527)	(198)	(262)
Variação cambial e diferença de taxas	(6.077)	(6.627)	(1.826)	(2.622)
Estorno de rendas	(98)	(128)	(1.153)	(1.216)
Provisões passivas	(4.641)	(8.908)	(5.134)	(7.820)
Provisão de outros créditos em liquidação	(1.473)	(2.444)	(949)	(2.497)
Ações cíveis	(466)	(1.092)	(295)	(540)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(103)	-	(335)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	(1.032)	-	-
Outros	(252)	(560)	(105)	(336)
Total	(13.997)	(22.883)	(10.338)	(16.970)

22.2. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Insubsistências passivas	932	965	4.323	4.347
Superveniências ativas	885	1.548	852	1.665
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	-	26	24	55
Outras Receitas	106	204	157	228
Insubsistências ativas	(1.593)	(1.616)	(6.340)	(6.343)
Superveniências passivas	(140)	(141)	(4.323)	(4.328)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(551)	(1.469)	(1.330)	(2.896)
Outras Despesas	(5)	(267)	(9)	(19)
Total	(366)	(750)	(6.646)	(7.291)

22.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Rendas por serviços de pagamento	2.395	4.570	1.592	3.196
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	830	1.649	754	1.818
Rendas de cobrança	460	723	120	314
Rendas de pacotes de serviços - PF	21.607	41.849	18.677	36.748
Rendas de serviços diferenciados - PF	399	740	207	473
Rendas de serviços especiais - PF	528	954	362	844
Rendas de convênios	745	1.423	714	1.412
Rendas de comissão de seguros e outros	6.086	9.502	3.217	5.873
Rendas de outros serviços	862	1.567	299	442
Total	33.912	62.977	25.942	51.120

22.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Fornecimento de 2ª via de cartão	68	105	73	136
Saque de conta depósito a vista e poupança	790	1.543	971	1.901
Transferência por meio de DOC/TED	989	1.899	1.225	2.273
Concessão de adiantamento e depositante	125	231	79	134
Anuidade cartão de crédito	3.842	7.199	1.483	2.834
Pacote de serviço	2.606	5.149	2.205	4.327
Fornecimento de folha de cheque	63	129	59	123
Operações de crédito	115	202	94	155
Manutenção de conta ativa	203	413	185	363
Convênios	2.248	4.166	1.818	3.521
Outras Rendas	450	778	296	593
Total	11.499	21.814	8.488	16.360

22.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Honorários	(665)	(1.301)	(642)	(1.253)
Encargos Sociais	(27.777)	(54.011)	(29.225)	(52.378)
Benefícios	(21.476)	(41.739)	(18.210)	(36.201)
Proventos	(78.832)	(154.344)	(72.599)	(138.986)
Remuneração de Estagiários	(626)	(1.157)	(555)	(1.009)
Treinamento	(438)	(756)	(414)	(827)
Total	(129.814)	(253.308)	(121.645)	(230.654)

22.6. Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Água e Energia	(3.420)	(7.163)	(3.103)	(5.964)
Aluguéis	(8.702)	(17.200)	(8.223)	(16.041)
Comunicações	(12.232)	(20.141)	(10.285)	(21.739)
Contribuições Filantrópicas	(185)	(308)	(132)	(242)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.438)	(11.159)	(6.300)	(11.693)
Material	(521)	(1.246)	(795)	(1.975)
Processamento de Dados	(29.224)	(60.378)	(28.763)	(54.777)
Promoções e Relações Públicas	1.224	(2.048)	(3.160)	(3.313)
Propaganda e Publicidade	(14.800)	(16.382)	(3.892)	(10.895)
Publicação	(13)	(31)	(54)	(72)
Seguro	(51)	(171)	(150)	(306)
Serviços do Sistema Financeiro	(11.210)	(20.548)	(10.387)	(19.214)
Serviços de Terceiros	(3.368)	(6.993)	(5.504)	(8.940)
Serviços de Vigilância	(16.963)	(33.906)	(15.229)	(28.988)
Serviços Técnicos Especializados	(1.719)	(3.209)	(993)	(1.617)
Transportes	(7.149)	(16.301)	(7.717)	(14.227)
Viagens	(152)	(207)	(52)	(84)
Outras Despesas Administrativas	(1.818)	(3.561)	(1.558)	(3.477)
Amortização	(8.708)	(16.456)	(7.568)	(15.673)
Depreciação	(3.018)	(6.286)	(3.071)	(6.109)
Total	(127.467)	(243.694)	(116.936)	(225.346)

22.7. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º tri 2022	30.06.2022	2º tri 2021	30.06.2021
Outras Despesas Tributárias	(336)	(1.206)	(282)	(1.150)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(2.270)	(4.238)	(1.720)	(3.372)
Contribuição ao COFINS	(15.255)	(30.088)	(16.138)	(31.580)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.479)	(4.890)	(2.622)	(5.132)
Total	(20.340)	(40.422)	(20.762)	(41.234)

23. DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses de 8,69% e o IPCA projetado* para 2023 de 4,91%. Seguem abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 30.06.2022	Cenário Provável (8,69%)	Cenário Possível - Estresse 25% (10,86%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (13,04%)
Títulos e Valores mobiliários	1.266.923	(110.096)	(137.588)	(165.207)
Operação - IPCA	Base 30.06.2022	Cenário Provável (4,91%)*	Cenário Possível - Estresse 25% (5,96%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (7,16%)
Provisão para Contingências	58.486	(2.872)	(3.585)	(4.305)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 24/06/2022.

Para provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 58.486 e o resultado do banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário Atual	Saldo	Ativo Problemático	Provisão sobre Ativo Problemático
AA	4.925.752	-	-
A	3.716.428	-	-
B	145.931	-	-
C	94.569	-	-
D	106.105	-	-
E	26.770	9.715	2.915
F	33.430	14.176	7.088
G	39.552	27.821	19.474
H	131.249	87.901	87.901
Total	9.219.786	139.613	117.378

Aumento 150% Ativo Problemático	209.420
--	----------------

Cenário Estresse	Ativo Problemático	Provisão sobre Ativo Problemático	Complemento De Provisão
E	14.573	4.372	1.457
F	21.264	10.632	3.544
G	41.731	29.211	9.737
H	131.852	131.852	43.951
Total Ativo Problemático	209.420	176.067	58.689

24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco do Estado do Pará, em 30 de junho de 2022 e 2021, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de Junho de 2022.



Banco do Estado do Pará S.A.

**Informações
Trimestrais em 30 de
junho de 2022**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administração do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém – PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

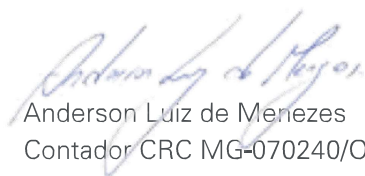
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros Assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 11 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo n.º 163 da Lei n.º 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 11 de agosto de 2022.

Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30 de junho de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 08 de agosto de 2022.

Diretoria Colegiada

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 11 de agosto de 2022.

Diretoria Colegiada

OPINIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas demonstrações financeiras, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Contabilidade, Controles internos e compliance, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutária conclui que as demonstrações financeiras para o 2º trimestre e 1º semestre encerrado em 30 de junho de 2022 são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém (PA), 11 de agosto de 2022.

Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, KPMG – Auditores Independentes, da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário e do Parecer do Conselho Fiscal e, com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico financeira da Instituição.

Belém (PA), 11 de agosto de 2022.

Conselho de Administração

Conselho de Administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Aláudio de Oliveira Mello Júnior Presidente	Ruth Pimentel Mélo Diretora-Presidente	Raimundo Benedito Pinheiro Presidente	Tereza Delta dos Santos Serrão de Castro Coordenadora
Adilson Freitas Dias Membro	Bruno Bitar Morhy Diretor	José Maria Tavares Teixeira Membro	Antônio Edson Maciel dos Santos Membro
Brian Bechara Ferreira da Silva Membro	Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora		Sérgio Roberto Ribeiro Maciel Membro
Roberto Meira de Almeida Barreto Membro	Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor		
Ruth Pimentel Mélo Membro	João Bernardo Pereira Lima Diretor		
Tereza Delta dos Santos Serrão Membro	Paulo Roberto Arévalo Barros Filho Diretor		

Silas Dias Vasconcelos Rodrigues
Contador CRC (PA) nº 15.602/O-3

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

AV. PRESIDENTE VARGAS, 251 – 5º ANDAR
BELÉM PARÁ

Superintendência de Contabilidade, Orçamento e Controladoria - SUCON

Telefone: (91) 3348-3230

SAC: 0800-280-6605

Ouvidoria: 0800-280-9040

